

Arqueologia da Diáspora Africana e Contranarrativas sobre o Patrimônio Cultural do Museu da Baronesa (Pelotas, RS)

Archeology of the African Diaspora and counter-narratives of the Cultural Heritage Museum of Baroness (Pelotas, RS)

Enviado em: 16/06/2020

Aceito em : 04/06/2021

Estefania Jaekel da Rosa¹

Resumo

Este artigo abordará algumas discussões sobre a invisibilidade negra no Museu Parque da Baronesa, um espaço museal criado para rememorar a opulência da elite pelotense do século XIX, relegando as memórias dos escravizados ao esquecimento. Isso levou ao questionamento dos visitantes sobre onde estava a senzala dessa propriedade escravista. Contrapondo as narrativas oficiais, as pesquisas arqueológicas realizadas em 2019 revelaram as estruturas de duas casinhas, apontadas pelas fontes históricas e orais como moradia dos ex-escravizados e seus descendentes. Seguindo as referências da Arqueologia da Diáspora Africana, as escavações na possível senzala foram orientadas por um diálogo com a religiosidade de matriz africana, em respeito à ancestralidade e suas ontologias. Por fim, apresentaremos algumas propostas e discussões sobre a preservação e a musealização do sítio arqueológico enquanto lugar de memória, possibilitando a sua integração às novas narrativas sobre a visibilidade negra no Museu.

Palavras-chave: Arqueologia da diáspora africana, Museu da Baronesa, Patrimônio, contranarrativas

Abstract

This article will address some discussions about black invisibility at the Museu Parque da Baronesa, a museum space created to recall the opulence of the 19th century Pelotas elite, relegating the memories of the enslaved to oblivion. This led to the questioning of visitors about where the slave quarters of this slaveholding property were located. Opposing the official narratives, archaeological research carried out in 2019 revealed the structures of two small houses, pointed out by historical and oral sources as the home of ex-enslaved people and their descendants. Following the references of African Diaspora Archeology, the excavations in the possible slave quarters were guided by a dialogue with the religiosity of African matrix, respecting ancestry and its ontologies. Finally, we will present some proposals and discussions about the preservation and musealization of the archaeological site as a place of memory,

¹ Mestra em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (UFPEL) e Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). E-mail: estefania.hibridarqueologia@gmail.com.

enabling its integration to new narratives about black visibility in the Museum. Key words: African Diaspora Archeology, Baroness Museum, Heritage, counter-narratives.

Key words: African Diaspora Archeology, Baroness Museum, Heritage, counter-narratives

Introdução

Museu histórico, possui grande acervo de peças representando os usos e costumes da sociedade pelotense do final do séc.19 e início do séc. 20. Doado pela família Antunes Maciel à Pelotas em 1978, através de um convênio firmado com a prefeitura, o prédio datado de 1863, passou por quatro anos de reformas, que foram orientadas pelo artista plástico e restaurador pelotense Adail Bento Costa. O museu foi então inaugurado em 25 de abril de 1982, possuindo em seu acervo peças das coleções da família Antunes Maciel, de Adail Bento Costa, doações diversas da comunidade e uma coleção da Sra. Antonia Sampaio. Estas peças representam um pouco dos costumes, da maneira de viver, das famílias abastadas do século XIX. Tombado pelo patrimônio histórico do município em 04 de julho de 1985. No parque, que hoje possui área de 7 hectares há um sobrado no estilo bangalô americano construído em 1935, chamado de Vila Stella (a casa azul); uma torre de banho onde as mulheres da família se refrescavam durante o verão; uma gruta com pedras de quartzo incrustadas, um pequeno castelo; Um Jardim em estilo inglês e um jardim francês; um chafariz e extensa área verde.²

A apresentação do Museu da Baronesa em suas redes sociais demonstra que este espaço foi idealizado para retratar as memórias da elite pelotense. Essa narrativa oficial, por vezes, é criticada por seus visitantes que questionam: **Onde está a Senzala da Baronesa?** Essa pergunta, que consistiu no objetivo norteador das pesquisas arqueológicas que realizamos no Parque entre os anos de 2019 e 2020, parte de um posicionamento crítico sobre as narrativas patrimoniais do Museu, evidenciando que a falta de representatividade das pessoas negras nesse espaço reforça a exclusão das identidades afro-diaspóricas do Patrimônio Cultural preservado em Pelotas.

Essa narrativa elitista e excludente do Museu, que reflete as concepções de um grupo familiar que impetrou essa imagem de opulência por meio dos têxteis e objetos que compõem o acervo (LEAL, 2007), vem sendo reavaliada desde os anos 2000. Atualmente, a diretora Fabiane de Moraes, e demais membros da equipe, vem conduzindo diversas ações no âmbito do projeto “*Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa*”, cujo objetivo central

² Texto extraído da página @museuparquedabaronesa. Disponível em <https://www.facebook.com/museuparquedabaronesa/about>. Acesso em: 10 jun. 2021.

é incluir os aspectos silenciados da dinâmica social dos trabalhadores escravizados e livres que viveram no antigo espaço doméstico do Parque da Baronesa (MORAES et. al., 2019).

Apesar dessas iniciativas, a expografia do Museu ainda é marcada pela carência de materialidades afro-diaspóricas, a qual é justificada pela inexistência de referências materiais representativas dos trabalhadores escravizados, ou ainda, ao fato do Barão e a Baronesa dos Três Cerros terem libertado seus trabalhadores em período anterior à abolição oficial. Nesse sentido, compreendemos que a Arqueologia da Diáspora Africana pode contribuir na construção de contranarrativas sobre esse bem patrimonial, seja na busca pelos espaços que foram intencionalmente apagados das narrativas oficiais, seja na descolonização das práticas discursivas sobre esse patrimônio, valorizando os saberes dos agentes afro-centrados e suas cosmologias afro-religiosas.

Tombado pelo município em 1985 e pelo IPHAN em 2018, o Museu da Baronesa representa aquilo que Prates (1998) chama de invenção e uma construção social, uma vez que seu processo de patrimonialização foi pautado por uma seleção determinada por questões políticas, sociais e históricas, que garante a preservação de elementos remanescentes de períodos remotos, mas acaba por impor enredos da colonialidade que são moldados por poderes e saberes hegemônicos que silenciam e invisibilizam o Outro (MORAES-WICHERS, 2020). É por isso que a ideia de patrimônio deve ser constantemente atualizada e apropriada pelas comunidades do presente, atendendo às demandas sociais, políticas e culturais que surgem, compreendendo que as narrativas sobre o patrimônio também devem colaborar com reivindicações coletivas sobre o direito à memória e a representação (FONSECA, 1997).

Se a narrativa patrimonial é controlada pelo Estado e representa o conjunto de estruturas que enaltecem o monumental, as contranarrativas são entendidas como expressões corporais e comemorativas através das quais a comunidade reivindica a inclusão de seus referenciais culturais no discurso patrimonial, provocando debates e tensões na construção dos cenários

urbanos, onde comumente predomina as concepções de monumentalidade engendradas pelos agentes públicos. Essas contranarrativas patrimoniais, portanto, também são inspiradas por questões política que envolvem os processos de patrimonialização (MÁRQUEZ, 2019).

Al predominio de la noción de patrimonio como monumento, sinónimo de cultura y saber, estas contranarrativas hablan de un patrimonio otro, de ciudades otras y de utopías múltiples. Junto a la ciudad museo –ilustrada, erudita y culta– conviven otras ciudades ideales; pero más que la ciudad de la apropiación colectiva, lo que queremos es develar las ciudades y utopías presentes en las contranarrativas ciudadanas de patrimonialización (MARQUEZ, 2019, p. 19)

Nesse sentido, a Arqueologia desempenha um papel importante na construção de contranarrativas sobre o Patrimônio, já que lida diretamente com os lugares e materialidades. Para tal, suas práticas devem estar engajadas na desarticulação dos discursos da colonialidade, superando os apagamentos que costumam ser impostos às experiências de diferentes coletivos (MORAES-WICHERS, 2020). Visando isso, os estudos realizados no Parque da Baronesa foram embasados nos pressupostos da arqueologia da diáspora africana, em detrimento de uma arqueologia da escravidão. Isso porque, buscamos nos desvencilhardas narrativas centradas na “opressão e vigilância”, que apenas reforçam os estigmas de submissão imputados às pessoas negras, centrando nosso olhar para as materializações daquilo que foi e é significativo para as ontologias afro-diaspóricas, conectando os elementos de resistência dos antepassados aos processos de empoderamento das comunidades da atualidade (ROSA, 2019).

Dessa forma, compreendemos que se a escravidão foi um instrumento de violência, a diáspora africana de saberes e crenças consistiu numa estratégia de resistência, pois manteve vivos Orixás, rituais e saberes que ainda hoje movimentam as casas e a vidas das pessoas negras. Sendo assim, por que não podemos incluir essas narrativas afro-diaspóricas nas interpretações dos espaços museais?

Seguindo essa perspectiva, esse artigo irá abordar algumas questões relacionadas ao processo de patrimonialização do Parque e Museu da Baronesa, bem como as críticas tecidas às narrativas deste espaço em relação

à representação dos africanos e afrodescendentes. Essas discussões serão abordadas na primeira e segunda parte, de onde partimos de um breve histórico sobre a formação da Chácara, desde a sua compra pela família Antunes Maciel até a doação do prédio para a formação do Museu, incluindo esparsas informações disponíveis sobre as relações escravistas e de trabalho com as pessoas negras no pós-abolição. A partir disso, mostraremos algumas discussões levantadas em outras pesquisas sobre os silenciamentos e apagamentos das memórias e materialidades negras nesse espaço.

Na terceira parte traremos um resumo sobre as pesquisas arqueológicas realizadas no parque em 2019, as quais foram solicitadas pela SECULT³ em razão das obras para implantação de uma reserva técnica, mostrando como o processo de escavação foi organizado para esclarecer as indagações aventadas pelas fontes históricas, iconográficas e orais. Para isso, além de buscar uma metodologia voltada para a evidenciação dos resquícios de uma possível senzala, seguimos as orientações religiosas de matriz africana para realizar as escavações em respeito à ancestralidade, aos seres espirituais e às memórias dos homens e mulheres que habitaram aquele espaço.

Por fim, mostraremos algumas interpretações sobre o contexto arqueológico pesquisado sob a perspectiva da diáspora africana, as quais estão subsidiando as propostas e ideias que vem sendo tratadas para a musealização desse espaço, que visa dar visibilidade às contranarrativas negras que foram silenciadas no processo de patrimonialização do Parque.

Da Chácara da família Antunes Maciel ao Museu da Baronesa – o silenciamento das memórias negras

A área do atual Parque e Museu da Baronesa foi adquirido pela família Antunes Maciel na década de 1860. Segundo a historiografia, o Cel. Annibal Antunes Maciel comprou o terreno de Vicente Aurélio Prates, para presentear seu filho Annibal Junior pelo casamento com Amélia Hartley de Brito, no qual havia uma pequena moradia que foi demolida para a construção do atual casarão (SCHWANS, 2011, p. 58). No entanto, documentos posteriores

³ Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Pelotas.

apontam que a propriedade só passou efetivamente para a posse de Annibal Antunes Maciel Junior em 1871, com a partilha de bens no inventário de sua mãe Felisbinada Silva Antunes, que à época era chamado de Chácara do Coronel Annibal (MONTONE, 2018). O terreno herdado apresentava as seguintes características:

Um terreno com casa de moradia situado na estrada da Costa [Av. Domingos de Almeida], contendo 60 braças [132m] de frente e fundos até dita estrada [Av. Ferreira Viana], dividindo-se pela frente com a estrada, ao Norte, a Oeste com terrenos dos herdeiros de Evaristo de Tal e a L com a estrada das Tropas [Av. São Francisco de Paula], denominada Sotéa (APERS, 1871). (MONTONE, 2018, p. 112)

Nota-se que esses documentos não apontam a existência de senzalas ou construções destinadas à moradia de trabalhadores escravizados, embora nesse período a família ainda se beneficiasse da exploração dessa mão-de-obra, como mostra o inventário de 1871, onde Annibal Junior herdou de sua mãe a posse sobre a lavadeira Ismeria (20 anos), a engomadeira Antonia (28 anos) e sua filha Vicentina (3 anos), da costureira Antonia Malvina (14 anos), e ainda, dois marinheiros e um carneador, que não tiveram os nomes citados e deviam trabalhar fora da chácara (MONTONE, 2018, p. 130). Em 1875 Annibal recebeu de herança do pai a posse sobre 24 trabalhadores, de um total de 102 listados no inventário do Coronel, sendo todos homens com profissões diversas, como carneador, pedreiro, ferreiro, carpinteiro, campeiro, servente, marinheiro e lavoura, possivelmente trabalhadores das demais propriedades produtivas que recebeu na partilha com seus irmãos (MONTONE, 2018, p. 130).

Dessa forma, a inexistência de senzalas não exime a presença das relações escravistas, as quais eram fundamentais para o funcionamento e a manutenção de todos os setores da sociedade nesse período. Por isso, compreendemos que uma das possíveis razões para a ausência do registro das moradias dos escravizados sob a designação de “senzala” seja, justamente, pelo tipo de atividade exercida por esses trabalhadores, que diferia dos estabelecimentos charqueadores e estancieiros. Por tratar-se de uma chácara destinada à moradia, os homens e mulheres escravizadas exerciam

atividades ligadas ao ambiente doméstico, manutenção dos jardins, tratamento dos animais dos pomares, entre outras que subsidiavam a vida luxuosa na residência. Dessa forma, a exemplo dos casarões urbanos, os espaços de moradia dos escravizados não eram listados entre as benfeitorias da propriedade, pois estavam inseridos no conjunto de cômodos ligados aos serviços, como a cozinha, o porão, as coqueiras, os galpões, entre outros.

A chácara da família Antunes Maciel era um espaço que se diferenciava no cenário pelotense oitocentista, pois não estava inserida no centro urbano e, tampouco, ao ambiente da matança do núcleo charqueador, mas ainda assim, estava num local estratégico entre esses dois polos elitistas do século XIX. Para entender, portanto, o histórico de construção dessa chácara é preciso analisar a trajetória do jovem casal Annibal e Amélia, que se conheceram nas festas da corte no Rio de Janeiro e se casaram naquela cidade em 11 de agosto de 1864 (SCHWANS, 2011, p. 97).

Diferente dos demais homens da família que enriqueceram com a produção de charque, Annibal Antunes Maciel construiu seu patrimônio a partir da criação de gado em estâncias no Brasil, Argentina e Uruguai. Formado em Ciências Físicas e Matemáticas (DE PAULA, 2010, 55), dedicou-se à política no Rio de Janeiro e depois em Pelotas, onde foi vereador em 1872 e 1876 e presidente da câmara em 1883 (MONTONE, 2018). Aos 26 anos casou-se com Amélia Hartley de Brito, descendente de ingleses e natural do Rio de Janeiro, que com apenas 15 anos precisou distanciar-se da família e dos costumes da corte para viver no interior, próximo à família do marido.

As vivências políticas e culturais deste casal possivelmente influenciaram na escolha do lugar de morada, um casarão formado por vários cômodos de uso social e íntimo, circundado por jardins e elementos cenográficos, como um lago com ponte, chafariz e gruta ornamentada com cristais, todos planejados para remontar um espaço de influência romântica (MONTONE, 2018).

Mas quem mantinha esse cenário pitoresco? Quem regava as flores, podava as árvores, cuidava dos animais, servia o chá para os convidados, cuidava das crianças, carpia os gramados, carregava a água para o banho e

fazia todos os demais serviços para que o rico casal desfrutasse desse espaço privilegiado? Embora retórica, essa questão por muito tempo foi silenciada nas narrativas históricas da Chácara, fosse pela escassez de informações documentais sobre a mão-de-obra escravizada, ou mesmo, pelo apagamento de seus espaços de moradia.

Uma das justificativas romanceadas para a ausência de informações sobre a exploração escravista na Chácara se deve ao título de nobreza recebido pelo casal em 1884, que então se tornaram Barão e Baronesa dos Três Cerros (DE PAULA, 2010; SCHWANZ, 2011), após alforriar seus trabalhadores escravizados. Como sabe-se, essa prática tornou-se comum no Brasil nesse período de efervescência das discussões abolicionistas, ainda mais no caso do Annibal Antunes Maciel que era integrante do Partido Liberal (DE PAULA, 2010) e possuía estâncias no Uruguai, país onde a escravidão foi abolida em 1842. Longe de uma boa ação, a libertação dos trabalhadores escravizados apenas seguia o fluxo dos acontecimentos da época, porém, cabe ressaltar que, de acordo com as cartas de liberdade consultadas, o Barão libertou os trabalhadores “sem ônus algum”, diferente da maioria que estabelecia uma cláusula de prestação de serviços.

Com o falecimento do Barão dos Três Cerros, em 1887, seu inventário não possui quaisquer informações sobre posse de escravizados, no entanto, em seu testamento escrito em 1885 menciona a doação de valores em dinheiro a seus ex-trabalhadores escravizados, como o cocheiro João, o copeiro Antonio, o cozinheiro Ricardo, Anastácia, Bibiana, Antonia e Jozefa dos Santos, essas últimas todas mães de leite de seus filhos (MONTONE, 2018, p. 130). A chácara é descrita no inventário (APERS, 1885) como Parque Annibal, composta pela casa de moradia, gruta, jardins pomar, poteiros, cocheiras e mais benfeitorias, ficando toda a propriedade de herança para sua viúva, a Baronesa dos Três Cerros.

A partir de 1890 a Baronesa voltou para o Rio de Janeiro e deixou a Chácara aos cuidados de sua filha mais velha Amélia Annibal Hartley Maciel, conhecida por Dona Sinhá, e seu genro Lourival Antunes Maciel, os quais assumiram a propriedade após a morte da matriarca em 1919 (SCHWANZ,

2011). Nesse período, sob os cuidados de Dona Sinhá, o casarão demandava manutenção, reformas e cuidados constantes, possuindo muitos trabalhadores envolvidos em atividades como de cozinheira, copeira, cocheiro, jardineiro, lavadeira entre outras funções, conforme mostram os documentos preservados no acervo do Museu. Dentre os trabalhadores aparecem listados alguns nomes como das amas Maria e Clara, da criada Dina, do copeiro Aprisio, do cozinheiro Alfredo, do cocheiro Augusto, do jardineiro Ramos, da costureira Dona Eulália, das lavadeiras Emília, França e Dona Ibrahina (MONTONE, 2018, p. 144). Alguns desses homens e mulheres, conforme mostra os relatos orais das descendentes da família Antunes Maciel, consistem nos ex-escravizados ou seus descendentes, que continuaram trabalhando na Chácara exercendo as mesmas funções e, possivelmente, morando nos mesmos lugares.

Em 1924 Dona Sinhá mudou-se para o Rio de Janeiro e a família começou a usufruir do casarão esporadicamente (SCHWANS, 2011). Com isso, a chácara deixou de receber o mesmo cuidado e manutenção, resultando na deterioração gradual do prédio, chegando-se a cogitar a sua demolição na década de 1960 para a construção de um loteamento. Os impasses entre os familiares que divergiam entre os interesses econômicos de vender o terreno e os sentimentos nostálgicos de preservar as memórias dos tempos gloriosos do casarão perduraram até 1978, ano que a propriedade foi doada ao município de Pelotas sob a condição de serem transformados em espaços abertos ao público. O museu foi inaugurado em 25 de abril de 1982 e tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico (COMPHIC) do município de Pelotas no ano de 1985.

O processo de transformação do antigo Parque Annibal no atual Museu da Baronesa exigiu uma grande reforma que durou quatro anos, a qual foi conduzida pela arquiteta Marta Amaral e o artista plástico Adail Bento da Costa (SCHWANS, 2011). O projeto arquitetônico seguiu os preceitos da monumentalidade do prédio, eliminando as assimetrias e as construções do entorno que não representavam a opulência da elite pelotense, removendo o que era considerado feio, simples ou inferior. A remoção das moradias dos trabalhadores foi uma escolha, conforme aponta Annelise Montone (2018), seu

silenciamento foi intencional, pois não era de interesse na época a manutenção dos elementos que evocassem o contraditório, ou que questionassem a benevolência dos nobres pelotenses.

Constatou-se que a retirada das antigas cocheiras, garagem e possíveis aposentos de trabalhadores dos tempos dos barões, foi uma decisão do projeto de restauração, uma vez que não houve menção aos mesmos no memorial descritivo, nem faziam parte dos desenhos de 1979. As “vozes” destes restos não foram ouvidas. Entendeu-se que esse “apagamento” ocasionou a perda mais expressiva na fruição dos significados que o prédio poderia carregar. (...) O valor simbólico destas perdas não foi avaliado pelos agentes envolvidos no projeto de intervenção. O contexto era outro, não valorizava outra classe, além daquela que dominava a economia e a política do país. (MONTONE, 2018, p. 197/199)

Onde está a senzala da Baronesa? Patrimônios invisibilizados

As reformas no antigo casarão da família Antunes Maciel levaram à inauguração do Museu da Baronesa em 25 de abril de 1982, um marco nas políticas patrimoniais implantadas pelo prefeito da época Irajá Rodrigues, como a Lei nº 2.708/1982, para proteção do patrimônio histórico e cultural do município, e a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas (COMPHIC). Mas o tombamento efetivo da Chácara da Baronesa no âmbito municipal só ocorreu em 1985, com a assinatura do Termo de Tombamento, onde são descritas as seguintes características:

A casa tradicional é composta de um andar e mirante, distribuído em dois picos, com fachada de arcos plenos e pátio interno. Além desta existe uma outra casa de construção mais recente localizada junto ao pórtico de entrada. As duas residências e todo este conjunto inclusive o mobiliário original, foram doados pela família Maciel à Prefeitura Municipal de Pelotas, que se comprometeu em urbanizar o parque e transformar a residência em museu. O jardim é de traçado neoclássico com componentes formando um conjunto arbóreo exótico e nativo ímpar na cidade. Ainda é marcante o alinhamento de pilares encimados por globos ao longo do jardim, definindo o acesso principal. Também compõem o espaço da paisagem um chafariz, uma gruta de cimento, um castelinho, uma torre anexa à casa onde funcionava a banheira e a caixa d'água e dois lagos. Contorna a área, em parte, um muro com características neoclássicas, onde aparecem um portão pela Av. Domingos de Almeida e outro pela Av. São Francisco de Paula com gradil de ferro e pilares encimados por globos. (MONTONE, 2018, p. 203)

Nota-se que o Termo de Tombamento efetivou a patrimonialização do casarão e seus jardins, relegando ao esquecimento quaisquer elemento que rememore os espaços de habitação dos antigos trabalhadores e trabalhadoras

negras, fossem esses escravizados ou libertos. Com isso, a presença negra na Chácara da Baronesa foi intencionalmente apagada pelas narrativas da colonialidade, provocando aquilo que Leandro Missiato (2021) chamou de memoricídio das populações negras, que expressa a eliminação do patrimônio tangível e intangível dos grupos subalternizados pelos projetos coloniais, os quais se recusam a incorporar os bens desses povos nos espaços memoriais da sociedade, cometendo um efetivo assassinato de suas memórias, de sua representatividade e de suas referências culturais. Isso decorre dos interesses políticos e sociais daqueles que tem o poder para determinar as “narrativas oficiais”, provocando assimetrias que são impostas por pessoas e instituições que tem o poder de determinar quais memórias sobreviverão e quais serão esquecidas. *“Portanto, o memoricídio é uma política do esquecimento executada pelo poder colonial contra os povos colonizados”* (MISSIATO, 2021, p. 20).

A ausência das memórias negras no Museu da Baronesa tornou-se alvo de crítica nos últimos anos, sendo tema de pesquisa de diversos estudos (LEAL, 2007; MORALES, 2015; PACHECO & LEMOS, 2017; ROSA, 2019; MEZA & ZABALA, 2020), inclusive resultando em tentativas do próprio Museu de incorporar essas narrativas em seu espaço museal (SCHWANZ, 2011; MORAES et. al., 2019). Mas cabe ressaltar, que para além das discussões acadêmicas, essa crítica é aventada pelos próprios visitantes do museu, pela comunidade que frequenta o parque e pelos coletivos negros da cidade de Pelotas.

Diante disso, a equipe do museu identificou como prioridade a renovação do discurso da instituição a respeito do negro, pois essa necessidade de alteração também era um reflexo das solicitações feitas por uma parcela de visitantes do museu, assim como da própria comunidade. Essa demanda continuou sendo averiguada, tanto por intermédio dos livros de sugestões, quanto pelo contato direto com o público em geral. (MORAES et. al., 2019, p. 56)

Elis Meza e Lino Zabala (2020) comentam que a falta de informações sobre os escravizados na exposição é uma das principais reclamações que encontramos no Livro de visitas e sugestões do Museu da Baronesa, apresentando os seguintes relatos:

01/05/2010- “Gostaríamos de conhecer o andar superior e a senzala. Obrigada. Flávia.

29/10/11- “A visita foi ótima, é lindo saber que parte da história ainda sobrevive pena que não exista mais detalhes sobre o povo africano que aqui permaneceram por muito tempo e construíram a cidade de Pelotas com suas próprias mãos”.

05/01/2012- “Gostaria de ver objetos usados pelos negros. Onde está a história real do Brasil??!? Negros não têm memória?”.

01/2013- “Porque não há referência aos escravos do barão?”

03/2013- “Colocar coisas da escravidão e do trabalho para a manutenção deste estilo de vida. Colocar também a história das pessoas que mantinham todo esse luxo, como os escravos principalmente porque com certeza a “madame” nunca tomou nem banho sozinha.” S/

09/2013- “Onde ficavam os escravos?” (MEZA & ZABALA, 2020, p. 114/115)

A pesquisa de Patrícia Morales (2015) aborda a invisibilidade do negras narrativas do Museu da Baronesa, e ainda, critica a representação dos aspectos negativos que reforçam a situação de submissão, como a exposição de um manequim preto na cozinha que foi nomeado de “Clara”, em referência a uma mulher negra que trabalhou na chácara, mas que, segundo a autora, nem sequer tem identificação como os demais objetos da cozinha, pois o Museu nunca fez uma pesquisa sobre a história da personagem (MORALES, 2015, p. 55). Contrapondo as narrativas oficiais, Morales entrevistou alguns integrantes do Clube Negro “*Fica Ahí Pra Ir Dizendo*”, os quais reafirmam que não se sentem representados pela expografia do Museu da Baronesa, uma vez que esta apenas “*alimenta os sentimentos de inferioridade dos seus descendentes, reforçando os danos materiais, psicológicos, sociais, políticos e sobretudo educacionais*”(MORALES, 2015, p. 56), seguindo as práticas que a colonialidade impõe às pessoas negras. As entrevistas apresentadas pela autora trazem ainda a indagação que subjaz nossa pesquisa, sobre o lugar de moradia das negras e negros da antiga chácara, evidenciando que a comunidade afrocentrada reivindica a representatividade dos lugares de memória de seus ancestrais:

Cátia: Achei bem interessante só que falta algumas coisas, assim, como a etnia negra poderia mostrar mais, a parte da escravidão, que eu achei que faltou isso, até uma das partes que eu conversei contigo. **Que, cadê a senzala, aonde estava a senzala?** Seria bem interessante se trouxesse aquilo dali, o que aconteceu na parte da senzala que não mostra, ali. Mas as outras partes são interessantes, até bem interessantes, só faltou a parte da etnia negra. (MORALES, 2015, p. 62)

Cátia: Como é que eu gostaria de ver, que eles representassem? Que acrescentasse mais coisas, mais algumas coisas. Colocasse, sei lá, a representação da senzala, colocassem mais personagens que contasse as histórias. Que ficou muito, a parte negra ficou muito para trás, ficou muito

vago isso aí. Que eles colocassem mais algumas coisas, falassem mais sobre a etnia negra ou alguma coisa sobre a senzala, alguma coisa [sobre] como é que era. (MORALES, 2015, p. 65)

Apesar das tentativas de silenciamento, as pesquisas realizadas nos últimos anos apontam que os vestígios da presença negra ainda persistem no contexto do atual Parque da Baronesa e, apesar de fragmentados e invisibilizados, podem trazer a luz novas narrativas sobre as memórias afrodescendentes no espaço museal.

Um dos fragmentos dessas memórias negras veio à tona a partir de uma fotografia doada ao Museu da Baronesa, a qual é datada possivelmente da década de 1970, pois retrata o período de abandono do antigo casarão. O destaque nessa foto são duas pequenas casinhas localizadas na lateral do prédio, cujo formato e aspectos arquitetônicos remetem às moradias monoparentais utilizadas pelos trabalhadores escravizados no século XIX⁴

⁴As escavações arqueológicas realizadas nas *plantations* dos Estados Unidos evidenciaram uma tipologia de habitação denominada *quarters* ou *cabins*, que consistem em alojamentos individuais ou construídos para famílias monoparentais. Os *quarters* agrupados próximos da mansão do senhor alojavam os escravizados artesãos e domésticos, já os mais afastados abrigavam os trabalhadores do campo (SAMFORD, 1996, p. 92).

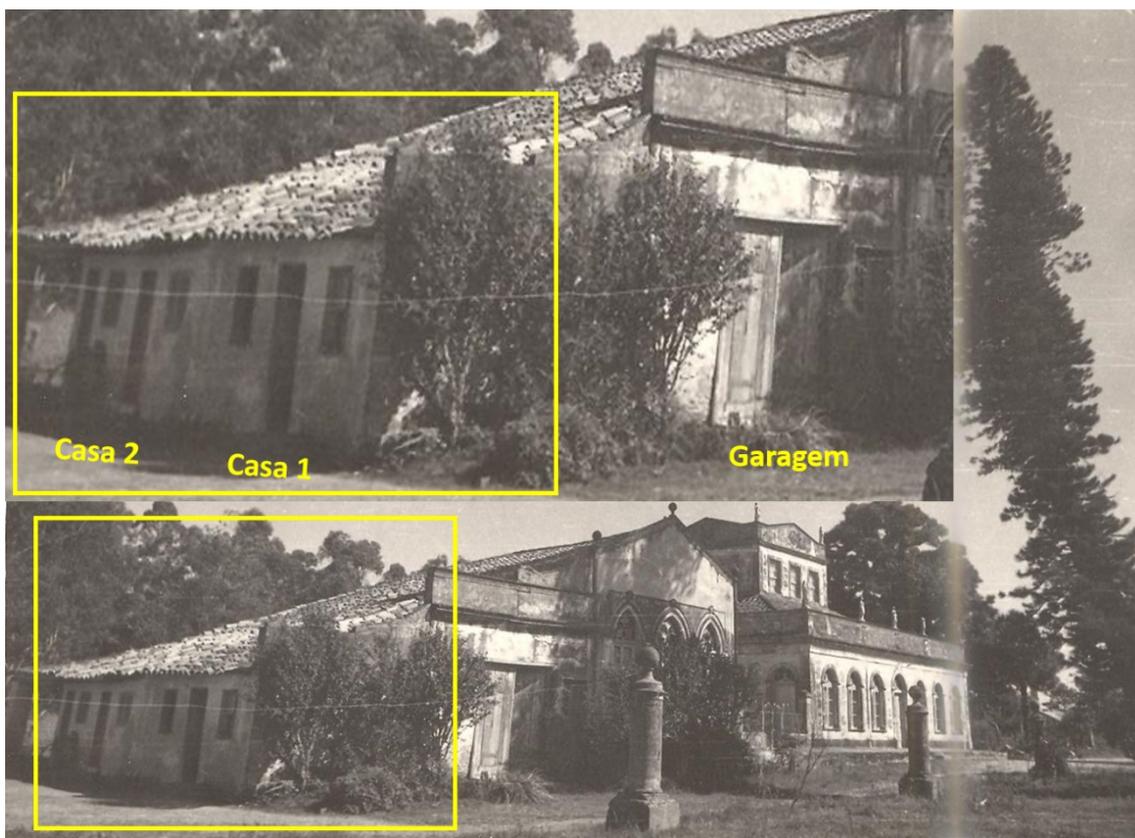


Figura 1: Foto do prédio do museu da Baronesa antes da reforma, a data não é precisa, mas acredita-se que seja da década de 1970. Fonte: Acervo MB, disponibilizada para a nossa equipe em abril de 2019.

Além da foto acima, os relatos orais também confirmam que as pequenas casinhas foram utilizadas como moradia pelos trabalhadores da chácara até meados do século XX, inclusive no período posterior ao abandono do casarão, quando a Chácara continuou sob os cuidados de caseiros que viviam no local. Em 2001 o arqueólogo Fábio Vergara entrevistou Zilda Maciel, neta Baronesa dos Três Serros, e seu filho Aníbal Maciel, indagando sobre a possível existência de senzalas no local:

FÁBIO: E na sua infância diziam **onde se localizava a senzala** da época dos escravos?

ANÍBAL: Não, não tinha...

FÁBIO: Não tinha mais o prédio?

ANÍBAL: **Não, o prédio tinha.** Mas, porque aí foi muito interessante, que meu avô libertou os escravos antes da lei Áurea, e daí aquele título de Barão, conferido pelo Imperador. Agora, aconteceu que, como não podia deixar de ser, os escravos saíram e não tinham para onde ir, ficavam assim... Ficaram lá, trabalhando para ele e aí recebendo como assalariados, os primeiros ordenados da vida deles... Mas morando lá e viveram lá. E minha mãe é quem conheceu escravos.

FÁBIO: Descendentes deles?

ANÍBAL: Não, escravos mesmo. Porque era 1800...

FÁBIO: Que não eram mais, mas que tinham sido escravos? (SCHWANZ, 2011, p. 163)

A fala de Aníbal confirma que, mesmo após receber a carta de liberdade, alguns escravizados continuaram trabalhando na chácara, inclusive morando no mesmo prédio, que deixou de ser “senzala” e passou a ser chamada de “casinha dos empregados”.

ZILDA: A chácara ficava isolada, o quarto de empregada, aquela coisa toda, eram duas casinhas.

FÁBIO: onde ficavam essas casinhas?

ZILDA: Justamente a varanda, a varanda tem ainda, não é? Depois da varanda tinha a garagem, pelo lado de fora, junto à garagem, toda aquela parte era dos empregados.

FÁBIO: Passando onde era essa sala de jantar grande?

ZILDA: É, passando a sala de jantar grande.

ANÍBAL: Mas atrás.

FÁBIO: Separado da casa?

ZILDA: Separado. Tinha tudo para os empregados, tinha a casinha deles, um quarto, dois...

FÁBIO: Era perto da casa, não era longe?

ZILDA: Não, era a continuação da calçada. (SCHWANZ, 2011, p. 184)

Além do relato de Zilda e Aníbal, que confirmam o uso das “casinhas” como moradia dos trabalhadores, Annelise Montone (2018, p. 167) menciona o depoimento de Magali Aranha, neta de Sinhá e Lourival, que supôs que o jardineiro “Seu João” tivesse um quarto junto ao galpão, passando a sala de jantar. Montone afirma que as lembranças de Magali Aranha *“elencaram muitos trabalhadores que cuidaram da casa e da família AM. Ela também conheceu o “Seu João”, que havia trabalhado como jardineiro, mas já tinha muita idade. Ele se encarregava de encilhar os cavalos, que eram uma das diversões do lugar”* (MONTONE, 2018, p. 167).

Escavando contranarrativas

Em 2019 executamos um programa de Salvamento Arqueológico no terreno contíguo ao Museu da Baronesa, com o objetivo de avaliar os impactos a serem provocados pela construção de um novo prédio para as instalações do Acervo e Sala de carruagens antigas, projeto este contratado pela Secretaria

de Cultura de Pelotas (SECULT)⁵. Com o conhecimento das fotografias antigas e dos relatos orais sobre as “casinhas dos empregados”, a metodologia de campo foi orientada para localizar as fundações e pisos das moradias dos trabalhadores negros que viveram na Chácara da Baronesa, visando uma escavação contextual para o registro das estruturas e de possíveis elementos materiais representativos da Diáspora africana. Para isso, projetamos uma malha de quadriculagem georreferenciada em sobreposição à área onde havia as edificações, estimada a partir de uma imagem aérea antiga, definindo assim a abertura das quadrículas em locais estratégicos que pudessem evidenciar as fundações das paredes, elementos com maior probabilidade de preservação no contexto arqueológico.



Figura 2: Croqui com a comparação entre a imagem aérea da década de 1970 e a imagem realizada com drone em 2017, com projeção das áreas dos prédios anexas e locais passíveis de identificação de estruturas de fundações. Fonte: Híbrida, 2020.

⁵Projeto: Salvamento Arqueológico à Execução do Projeto Arquitetônico do Acervo do Museu da Baronesa Arqueóloga; Processo n.º 01512.003973/2016-69; Arqueóloga coordenadora: Estefânia Jaekel da Rosa; Endosso Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT -PUC/RS); Pesquisa autorizada pelo IPHAN através da portaria Nº 16, de 15 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União Nº 52, p. 16 em 18 de março de 2019.

Antes de iniciar as atividades de campo buscamos orientações para conduzir uma pesquisa que respeitasse a ancestralidade africana, compreendendo que os pisos de uma possível senzala consistem em “chão com fundamento de preto velho” (ROSA, 2019), ou seja, são materializações dos espaços de moradia de pessoas negras que, se adeptas das cosmologias afroreligiosas, poderiam conviver com Orixás e entidades espirituais que comumente eram enterrados no interior das estruturas para proteger seus habitantes. Por essa razão, antes de abrir as intervenções nós consultamos o Pai de Santo Diego de Iansã, líder espiritual do Ylê de Oyá e do Centro Espírita de Umbanda Caciقة Junco Verde. Diego Costa, o Pai Diego de Iansã, foi consultado não apenas por sua autoridade religiosa, mas também pela sua relação ancestral com as territorialidades do bairro Areal, onde está localizado o Parque da Baronesa.

A ancestralidade define a terreira que Pai Diego herdou de seu avô Geraldo Costa, já falecido, desde o território em que ocupa na Vila da Palha⁶, onde africanos e afrodescendentes escravizados nas charqueadas circularam e deixaram suas marcas, até a corporeidade da família, que se identifica e cultua suas raízes africanas. Podemos ver essa ancestralidade atuando também nos devires das práticas rituais, que reúne sua mãe Vera, sua avó Eloisa, sua irmã Viviane, as filhas ainda crianças e as entidades espirituais de Pretos e Pretas Velhas que acompanham a família há várias gerações.

Pai Diego intermediou nossa relação com o mundo espiritual ao longo de todo o trabalho de campo, pois desde o início ele nos orientou dizendo “*Tem que tomar cuidado, vocês estão mexendo com a ancestralidade*”. Por meio do jogo de búzios recebemos a autorização dos Orixás para escavar no local, mas sob o alerta de que só iríamos ver aquilo que nos fosse permitido. Segundo Pai Diego, as escavações poderiam revelar feitiços enterrados e estes não deviam

⁶ “A Vila da Palha é uma pequena comunidade situada na divisa entre a charqueada São João e a charqueada Santa Rita, no bairro Areal em Pelotas. Consiste em uma rua sem saída com acesso pela antiga estrada da Costa, que termina às margens do arroio Pelotas. Segundo os relatos orais o nome pejorativo da vila se deve às casinhas com telhado de palha, que foram construídas pelos descendentes de escravizados após a abolição. Denominada atualmente como Avenida Augusto Saint Hilaire, em homenagem ao naturalista francês que se hospedou na charqueada São João no século XIX, os terrenos se encontram em processo de regulamentação fundiária desde a década de 1990.” (ROSA, *no prelo*)

ser mexidos, pois causaria um desequilíbrio energético gerando problemas a todas as pessoas que estivessem trabalhando, por isso, ele nos fez uma proteção para Iansã, Orixá que controla os Eguns(mortos) e a mãe dos espaços dos espíritos.

Com a permissão dos Orixás e a proteção de mãe Iansã iniciamos a escavação em abril de 2019. Embasado nos pressupostos da Arqueologia da Diáspora Africana, nosso objetivo era evidenciar os pisos e estruturas das unidades habitacionais e contextualizar os possíveis vestígios ritualísticos de matriz africana, comumente identificados nas moradias dos escravizados (ROSA, 2019). Compreendendo que a cultura material dos grupos afro-diaspóricos só se torna passível de análise quando está visível (ou visibilizada) no registro arqueológico (SYMANSKI & SOUZA, 2007, p. 230), a identificação de coisas como cristais de quartzo, moedas furadas, contas de colar, conchas, búzios, cachimbos, garrafas inteiras entre outras, quando contextualizadas no subsolo das habitações de escravizados podem ser interpretadas como manifestações de caráter religioso (SAMFORD, 2007, p. 106; MANNING, 2012, p. 157), que expressam as táticas que os escravizados usaram para preservar suas memórias africanas (SYMANSKI, 2007, p. 23)

Nessa perspectiva, conduzimos uma escavação baseada no princípio da horizontalidade, ou seja, buscamos evidenciar e delimitar as estruturas a partir da ampliação das unidades de escavação, sem aprofundar verticalmente antes de obter um registro satisfatório das camadas estratigráficas e da integridade do registro arqueológico.

No decorrer da escavação constatamos que a camada inicial consistia na deposição de um aterro datado aproximadamente da década de 1980, ano de reforma do prédio. Portanto, a escavação das quadrículas exploratórias concentrou-se na remoção do sedimento dessa primeira camada, a qual apresentou pequenos fragmentos dispersos de materiais arqueológicos como louças, vidros, cerâmica entre outros descontextualizados, misturados a lixo recente (como embalagens dos anos 1980) e restos de materiais construtivos, características típicas de um aterramento intencional para nivelamento do terreno.

Durante a escavação de uma das unidades identificamos uma estrutura de piso de argamassa e fundação de parede de tijolos, constatando a existência de vestígios das antigas edificações observadas nas fotos. O piso foi evidenciado e registrado, mas não foi removido, servindo como parâmetro topográfico para a identificação de outras estruturas agregadas na área. Nesse momento, Pai Diego nos atentou para a possibilidade de identificação de “assentamentos de Orixás” nos cantos, nas soleiras de porta e abaixo das janelas, os quais podem estar “plantados” em garrafas inteiras, objetos de metais, entre outros, dependendo do local onde estava enterrado.

Ao final do primeiro nível, em até 20 cm de profundidade, identificamos as estruturas de contrapiso de tijolos, pisos de argamassa e fundações de parede, constatando a existência dos remanescentes das antigas “casinhas” indicadas nas fotos. Essas estruturas foram registradas como início do segundo nível, servindo de base para a ampliação das unidades de escavação, as quais não foram aprofundadas, pois o objetivo era justamente evidenciar os pisos antigos e delimitar as suas dimensões, garantindo a preservação desse bem representativo das materialidades dos trabalhadores negros que viveram no local.



Figura 3: Quadrículas com estruturas de piso e fundações evidenciadas na primeira etapa de campo. Fonte: Híbrida, 2019.

A ampliação das quadrículas em quadrantes e trincheiras evidenciou a continuidade das fundações das paredes estruturais e divisórias, do piso revestido com argamassa de coloração bege, bastante frágil devido à umidade, sendo que nos pontos onde essa cobertura estava impactada evidenciou-se um contrapiso de tijolos maciços. Após a remoção do aterro e a delimitação dos cômodos das moradias, nosso objetivo era escavar apenas os pontos estratégicos das unidades, que seriam os cantos e a soleira da porta, com o objetivo de encontrar elementos ritualísticos, conforme a indicação de Pai Diego.

Ao final dessa etapa foram escavadas 34 unidades de 1m², unificadas em trincheiras e quadrantes, as quais evidenciaram uma área ampla de estruturas, sendo removido apenas a primeira camada de até 20 cm de aterro para registro dos pisos e fundações. Com isso, foi possível definir uma poligonal de 9x16 m como “de alto potencial arqueológico”, sobre a qual levantamos as seguintes hipóteses:

- **Estrutura 1 - Galpão ou garagem:** chamada de cocheiras pelas fontes do Museu, essa área consistia numa garagem das charretes, ou mesmo galpão para guardar ferramentas, a qual dividia o prédio principal das casinhas dos trabalhadores, medindo originalmente 5 metros de frente por 12 metros de fundo. As quadrículas 12.0 e 3.0 foram escavadas nessa área e não apresentaram resquícios de pisos, o que indica que o galpão não possuía piso de revestimento. Contudo, como essas áreas já estavam comprometidas pela construção da calçada, é possível que a escavação na área central da estrutura indique a existência de algum tipo de piso.
- **Estrutura 2 - Possível senzala ou Casinhas dos trabalhadores:** O registro arqueológico evidenciou os resquícios de pisos de fundações de duas casinhas medindo 6 metros de frente por 4 metros de fundo, cada uma, divididas em cômodos de 3 x 4 m. Aparentemente as duas casas possuíam um contrapiso de tijolos cobertos por um piso de argamassa bege, que pode ter sido acrescentado posteriormente para melhoria da estrutura. Considerando o período de construção do Casarão, a abolição antecipada dos escravizados e a ausência de informações no inventário do Barão, não podemos afirmar que as casinhas presentes no local foram usadas como senzalas. Contudo, as fontes orais e históricas confirmam que consistiam em moradia dos ex-escravizados e seus descendentes, permanecendo ocupada por estes até o momento que a propriedade foi doada para a criação do Museu. Mesmo que essas estruturas não possam ser categorizadas como senzala, compreendemos que consistem num importante registro arqueológico sobre os grupos afro-diaspóricos no pós-abolição.

Se a “Marola” não deixa escavar, vamos preservar!

As pesquisas arqueológicas seguiram de forma contínua no mês de abril, mas a partir do mês de maio, momento que estávamos ampliando as unidades de escavação, ocorreram fortes chuvas que inundaram a área, impossibilitando

a continuidade das escavações. Os meses subsequentes também foram chuvosos, sendo que mesmo nos períodos sem chuvas as quadrículas e trincheiras demoravam a escoar a água, o que ocasionou aparáliação das atividades.

Enquanto isso, busquei também os conselhos do Preto Velho Vô Zuza, entidade espiritual que incorporava no sr. Geraldo e hoje em Pai Diego, que através de suas guias (colar de lágrimas de Nossa Senhora) me protegeu ao longo das escavações. Diante das dificuldades impostas pelas chuvas, Vô Zuzame aconselhou dizendo que a “marola”(água) estava vindo para limpar e, por isso, devia estar querendo nos impedir de mexer em coisas que não deviam ser vistas naquele momento, afinal, tudo tem seu tempo e não podemos interferir naquilo que é determinado pelo mundo espiritual.



Figura4: À esquerda, quadrante alagado em junho de 2019;À direita, encontro com Vô Zuza no dia da homenagem dos Pretos Velhos em maio de 2019. Fonte: ROSA, 2019.

Apesar do problema das chuvas nós ainda tínhamos uma questão urgente a resolver, a realocação do local de implantação do acervo do Museu. Em vista disso, mesmo com as escavações paralisadas, nossa equipe avaliou junto à SECULT a alteração do projeto executivo da reserva técnica, no intuito de preservar as estruturas remanescentes das moradias. A partir disso nós isolamos a área das estruturas e direcionamos a escavação para análise de outros locais no terreno passíveis de realocação do novo prédio. No período entre outubro de 2019 e junho de 2020 foram abertas 18 unidades de 1m², com profundidades variáveis, cujos resultados indicaram baixo potencial arqueológico, sem vestígios de estruturas ou contextos arqueológicos preservados.

Ao finalizar a escavação decidimos explorar uma quadrícula de 1 m², situada no canto sudoeste de uma das casinhas, no intuito de verificar se o registro arqueológico apresentava materiais recentes, o que indicaria o momento construtivo do piso, bem como a formação estratigráfica e as materialidades presentes no subsolo da moradia.

Após a remoção do piso de argamassa e do contrapiso de tijolos, os quais estavam apenas encaixados sem rejunte de argamassa, verificamos uma fina camada de areia amarela média, sem ocorrências arqueológicas. A partir de 20 cm o solo se mostrou argiloso escuro, devido à umidade, e em 30 cm registrou-se algumas ocorrências de vidros no canto sudoeste. Logo abaixo evidenciamos uma camada com carvões e fragmentos de ossos em avançado estado de decomposição, que devido à umidade se desintegrava ao toque do pincel. No mesmo nível registramos um fragmento de prato com decoração *shelledged* azul, um fragmento de louça branca e um fragmento pequeno de vidro. Ainda nesse nível a água do lençol freático começou a subir e alagar a quadrícula, dificultando o aprofundamento da escavação.



Figura 5: Ocorrências arqueológicas com destaque para os fragmentos de ossos indicados com as setas amarelas, pois estavam se desintegrando devido à umidade.

Cabe ressaltar que não foram identificados materiais construtivos (cascotes), tampouco lixo recente abaixo do contrapiso, constatando que os estratos arqueológicos estão preservados, diferente das unidades escavadas no entorno. Em 40 cm o lençol freático começou a verter, e assim, a “marola” subiu novamente nos impossibilitando de visualizar o fundo da quadrícula, o que nos levou ao encerramento da escavação para não perturbar o registro arqueológico.

Por fim, embora nosso objetivo fosse continuar a escavação em busca de elementos materiais representativos das cosmologias afro-religiosas, compreendemos que a própria (re)existência dessas estruturas já denota um importante marco evocativo das memórias negras no espaço do Museu. Portanto, começamos a aventar a possibilidade de preservar as estruturas para uma futura musealização daquele espaço enquanto lugar de memória afro-diaspórico.

A prerrogativa da preservação foi acompanhada do seguinte questionamento “*Devemos desenterrar as coisas dos Pretos Velhos?*” (ROSA, 2019). Essa posição foi logo rebatida por alguns arqueólogos, afinal, escavar é um de nossos principais objetivos na arqueologia. Por outro lado, se propormos a remoção dos ladrilhos do Casarão da Baronesa para satisfazer a nossa “curiosidade” sobre possíveis feitiços e proteções enterradas no interior do prédio, seguramente serem os impedidos de tal ação. Essa analogia, por si só, já demonstra o quanto nossa práxis acadêmica segue perpetuando a ordem colonial, promovendo aquilo que Mbembe chama de manutenção de violências múltiplas, as quais operam tanto no comportamento cotidiano do colonizador sobre o colonizado, quanto a respeito de seu passado, que é esvaziado de qualquer substância (MBEMBE, 2017, p. 183).

Da mesma forma que os ladrilhos são elementos materiais valorizados para a sociedade pelotense, as “coisas”⁷ possivelmente enterradas no interior

⁷O conceito de “coisas” segue a perspectiva de Tim Ingold (2012), pensando as formas enquanto matérias fluidas e porosas que se integram na dinâmica da vida cotidiana, diferente de um objeto estático e acabado nele mesmo. Na perspectiva das religiões de matriz africana as “coisas” visíveis são materializações de potências vivas ou condutores de energias (ROSA, 2019).

das moradias das pessoas negras também são para as cosmologias afro-religiosas, sejam Orixás, entidades, proteções ou feitiços, eles foram enterrados com a intencionalidade de lá permanecerem. Por isso, as pessoas de religião, mesmo sem saber o que pode haver lá e sem ter descendência direta com seus moradores, acreditam que é preciso respeitar as memórias da ancestralidade. Assim, entendemos que a preservação dos pisos e fundações se torna válida porque podemos proporcionar a apropriação da potência espiritual do lugar, ao invés de saqueá-la para morar em estantes de laboratórios ou nas vitrines do Museu.

Seguindo então os conselhos de Pai Diego, do Vô Zuzae respeitando a “marola”, o relatório apresentado ao IPHAN na conclusão do trabalho de campo sugeriu a musealização das estruturas, no intuito de expor as evidências das moradias, de forma a instigar os visitantes do Museu da Baronesa e evocar as memórias dos trabalhadores e trabalhadoras negras que viveram no local. A inexistência das casinhas e o estado de ruínas em que se encontram os pisos proporcionarão, ainda, uma reflexão sobre como essas memórias foram banidas das práticas discursivas do Museu, sendo soterradas e relegadas ao esquecimento. Essa sugestão foi aceita pelo IPHAN e incluída como condicionante para as obras a serem realizadas na área do Parque:

Ademais, recomenda-se que os relatórios e toda documentação produzida no âmbito desse processo seja também entregue ao Museu da Baronesa, visando oportunizar a utilização dos dados em futuros projetos, exposições e demais atividades de socialização.

Recomenda-se também, corroborando com o relatório apresentado, a necessidade de ações de preservação e valorização do espaço pesquisado (casa de trabalhadores ou possível senzala) por meio de projeto de musealização e integração com o discurso expositivo do Museu da Baronesa. (Ofício N° 854/2021/IPHAN-RS, 23/06/2021)

A autorização do IPHAN para encerrar as escavações e musealizar as estruturas antigas nos levaram a um novo desafio, como viabilizar a exposição dos pisos e fundações sem comprometer a sua integridade física? Num primeiro momento pensamos em criar uma cobertura transparente sobre as estruturas deixando-as visíveis ao público. Contudo, como Pelotas possui um clima extremamente úmido, isso acarretaria diversos problemas de conservação, comprometendo inclusive a própria visibilidade do sítio

arqueológico, como a criação de limo e embaçamento da estrutura. Conforme alerta Virgílio Correia (1991), a cobertura dos sítios acarreta um investimento dispendioso e um impacto visual que nem sempre é apreciado pelo público, gerando ainda um esforço constante para a manutenção e valorização informativa, que não pode ser incompreensível ao visitante nem exposto ao abandono e degradação (CORREIA, 1991).

Outro problema que observamos, do ponto de vista da conservação do sítio, é que o terreno está implantado num local de baixa cotaaltimétrica, com pouca drenagem da água das chuvas, o que provoca alagamentos. Dessa forma, mesmo implantando um sistema de drenagens no entorno, as estruturas compostas por tijolos e argamassa poderiam sofrer danos com o tempo, além de demandar limpeza e manutenção constante, o que ainda não impede perdas e comprometimentos estruturais a longo prazo. *“A drenagem pode danificar a superfície maciça e as tonalidades com a cristalização repetida de sais solúveis nos poros da argamassa, pedra e gesso, e até mesmo em tijolos expostos nas proximidades provocados pelos ciclos de molhagem e secagem.”*(MELLO & BARROSO, 2011, p. 7)

A musealização de sítios arqueológicos é uma forma de ampliar os vetores de articulação entre a pesquisa e a sociedade, conduzindo à reflexão sobre a importância da preservação e socialização dos sítios arqueológicos para uma apropriação pública desses espaços enquanto lugares de memória (BRUNO, 2005, 235) Os sítios musealizados proporcionam ainda o contato direto entre o observador e a “realidade do passado”, provocando diversos apelos sensoriais em seus visitantes (RAPOSO, 1999, p. 51). Contudo, embora a problemática da musealização da arqueologia tenha sido alvo de estudos nos últimos anos (BRUNO, 2005; TOLEDO, 2017; MORAES-WICHERS, 2020), o Brasil ainda possui poucos sítios arqueológicos musealizados no âmbito urbano. Além disso, a preservação *in situ* envolve uma cadeia operatória de procedimentos que deve ser empreendida de forma multidisciplinar, efetivando a interlocução entre Arqueologia, Museologia e Conservação (TOLEDO, 2017).

Ao analisar os sítios arqueológicos musealizados em Portugal, Luís Raposo (1999) aponta dois problemas, o primeiro que a maioria dos sítios

arqueológicos não são susceptíveis de serem musealizados, acabando por ser enterrados de novo para garantir sua proteção; o segundo é que a musealização envolve custos altos, sobretudo manutenção, que apenas podem ser garantidos em número reduzido de casos. Além disso, qualquer medida de conservação adotada deve garantir uma vida tão longa ao sítio como a que teria se continuasse soterrada e em equilíbrio (CORREIA, 1991)

Considerando, portanto, os problemas metodológicos observados, a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a musealização das estruturas arqueológicas envolvendo profissionais da conservação e museologia, e ainda, a garantia de um financiamento substancial que possa subsidiar a efetiva musealização do sítio seguindo todos os procedimentos indicados para a conservação arqueológica, a proposta que apresentaremos no momento visa atender uma demanda de urgência, que não cause impactos ao sítio, mas que possa proporcionar aos visitantes do Parque o conhecimento sobre a existência de uma possível senzala no local.

A proposta apresentada para amusealização do espaço consiste no cercamento e a instalação de placas interpretativas⁸, as quais apresentarão informações sobre as moradias, os nomes dos trabalhadores conhecidos pela documentação história e as fotos antigas e atuais das estruturas evidenciadas nas escavações. Como o espaço a ser cercado inclui uma área mais ampla, abrangendo as casinhas e a antiga garagem, sugerimos a demarcação das divisórias das fundações de parede com plantas⁹ como espadas de Ogum e lansã¹⁰, que além de serem evocativas das cosmologias afro-religiosas, são

⁸ Seguindo as normas técnicas do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_Sinalizacao_Patrimonio_Mundial.pdf

⁹ “Cada planta possui a energia de um Orixá e atua numa falange espiritual, sendo seu uso comumente realizado pelos caboclos, indígenas das matas grandes conhecedores das ervas medicinais locais, e pelos preto-velhos, feiticeiros africanos que sabem manipular as ervas para os mais diversos fins.” (ROSA, 2019, p. 76)

¹⁰ A planta mais comum vista nas entradas das casas é a espada-de-Ogum, também conhecida como espada-de-São-Jorge, que além de afugentar os espíritos e proteger a casa, atua como um filtro de energias negativas. Ogum é o Orixá guerreiro responsável pela proteção e pela quebra de demandas, por isso sempre estará presente nas entradas, seja nas plantas na frente da casa, no vazo atrás da porta, numa ferradura pendurada à soleira, ou mesmo numa imagem acima da porta. Outras plantas comumente encontradas são a espada-de-lansã ou espada-de-Santa-Bárbara, (...) Essas plantas atuam como um escudo de proteção contra as energias ruins que possam entrar na casa, e também são usadas para os banhos de descarga, para chás, benzimentos no cotidiano (ROSA, 2019, p. 77).

resistentes e suas raízes não comprometeriam as estruturas¹¹, servindo como um elemento de identidade afro-diaspórica que instigaria os visitantes que se identificam com as religiões de matriz africana. Essas sugestões ainda serão discutidas com a comunidade negra e líderes afro-religiosos, bem como consultaremos os Orixás e entidades para pedir permissão para o uso das plantas sobre esse espaço.



Figura 6: Representação tridimensional da proposta de musealização inicial do sítio arqueológico “Senzala da Baronesa”. Fonte; Híbrida, 2021.

Considerações finais

Conforme analisamos ao longo desse artigo, a indagação “Onde está a senzala da Baronesa?” é comum entre os frequentadores do Parque, que questionam o apagamento das memórias dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados que viveram no local. Embora a direção do Museu venha buscando novas narrativas para abordar a presença negra na cidade de Pelotas nos últimos anos, a ausência de materialidades afro-diaspóricas na

¹¹ As quais foram cobertas ao final da escavação e antes de cobrir novamente com sedimento.

exposição permanente ainda gera debates entre os visitantes desse espaço memorial.

As escavações arqueológicas contribuíram com algumas explicações à essa pergunta, evidenciando duas casinhas que possivelmente foram usadas como moradia dos escravizados e de seus descendentes no pós-abolição. Contudo, as orientações de Pai Diego e do Vô Zuza foram de não remover as coisas enterradas, uma questão que já vem gerando discussões no âmbito acadêmico, pois de acordo com as ontologias afro-religiosas o que está na terra e pertence à ancestralidade deve lá permanecer. Além disso, a escavação implicaria na destruição dos pisos, apagando mais uma vez os elementos evocativos das memórias negras naquele espaço.

Em vista disso, compreendemos que a proposta de musealização do espaço, mesmo que não deixe os pisos evidenciados, atende aos questionamentos da comunidade que poderiam explorar sua esfera sensorial, ao percorrer pelo local que outrora foi moradia das pessoas negras, mas acabou sendo soterrado pelas políticas seletivas do processo de patrimonialização do casarão. A preservação atende ainda as expectativas da comunidade afro-religiosa, que compreende esse espaço como um solo ancestral, que pode materializar seres sagrados, proteções e energias que não devem ser mexidos, sendo estes elementos evocados por meio das espadas de Iansã e Ogum, que propomos que sejam plantados de forma a especializar as antigas paredes divisórias das casinhas.

Referências Bibliográficas

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos”. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n.31. p. 234-247. 2005.

CORREIA, Virgílio Hipólito. Conservação de sítios arqueológicos. Braga MDDS (Boletim da Liga de Amigos do Museu Dom Diogo de Sousa nº 3, 1991. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10400.26/33011>. Acesso em 10 jun 2021.

DE PAULA, Débora Clasen. Rede Social e Prestígio Familiar nas Cartas Da Baronesa De Três Serros. *História em Revista*, v. 16, n. 16, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres et al. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

MANNING, M. C. (2012). *Homemade Magic: Concealed Deposits in Architectural Contexts in the Eastern United States*. (Tese). College of Sciences and Humanities. Disponível em: [https://www.academia.edu/2174815/Homemade Magic Concealed Deposits in Architectural Contexts in the Eastern United States](https://www.academia.edu/2174815/Homemade_Magic_Concealed_Deposits_in_Architectural_Contexts_in_the_Eastern_United_States).

MÁRQUEZ, Francisca (Ed.). *Patrimônio: contranarrativas urbanas*. EdicionesUniversidad Alberto Hurtado, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2 eds. 2017.

MELLO, Janaina Cardoso de e BARROSO, Cristina de Almeida Valença Cunha. *Memórias de um passado em ruínas: arqueologia, musealização in situ e educação patrimonial*. In: I ENLETRARTE- Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes, 2012, Campos dos Goytacazes, Anais.

MEZA, E; ZABALA, L. La Gruta: Narrativas, Resignificación y Materialidades sobre la Esclavitud en Pelotas (Brasil). *Ilha Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, p. 107-127, 2020.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. *Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento*. *Revista Memória em Rede*, v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021.

MONTONE, Annelise Costa. *Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985)*. 226 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018

MORAES, Fabiane Rodrigues; MONTONE, Annelise Costa; MADAIL, Marcelo Hansen; DUARTE, Aline de Mesquita. *Projeto de visibilidade do negro: outras histórias no Museu da Baronesa, Pelotas, RS*. In: BACHETINI, Andréa Lacerda; BOJANOVSKI, Silvana de Fátima (org.). *Anais da Semana dos Museus da UFPel*: 2020. Pelotas: UFPel, 2019.

MORAES-WICHERS, C. A. Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 206–232, 2021.

MORALES, Patrícia, Fernandes Mathias. A Representação do Negro nos Museus de Pelotas (RS): entre os integrantes do Clube Cultural Fica AhíPra Ir Dizendo. Universidade Federal de Pelotas – Curso de Bacharelado em Museologia (Monografia de Conclusão de Curso). Pelotas, 2015.

LEAL, Nórís Mara Pacheco Martins. Museu da Baronesa: Acordos e conflitos na construção da narrativa de um museu municipal–1882 a 2004. 2007. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PACHECO, Paula Lima; LEMOS, Rosemar Gomes. Museu e Patrimônio: Uma Reflexão Sobre os Espaços Culturais do Município De Pelotas/RS–Brasil. Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel, n. 6, 2017.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y sociedad*, v. 27, n. 1, p. 63-76, 1998.

RAPOSO, Luís. Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados–identidades e diferenças. *O Arqueólogo Português*, v. 17, p. 51-72, 1999.

ROSA, E. J. (2019). O feitiço da Preta Velha tem (Re)existência de Preta Nova: uma etnografia arqueológica da materialização do sagrado Afro-diaspórico na vida cotidiana das periferias de Bagé e Pelotas, RS. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Obtido na <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5532>.

SAMFORD, Patricia. The Archeology of African-American Slavery and Material Culture. *The William and Mary Quaterly*, vol.53, n.1: pp. 87-114. 1996.

SAMFORD, P. Subfloor pits and the archaeology of slavery in Colonial Virginia. University of Alabama Press. 2007. Obtido na https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1548-1425.2009.01142_8.x.

SCHWANS, J. K. A chácara da Baronesa e o imaginário social pelotense. 203 p., dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2011.

SYMANSKI, L. C. (2007). O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Argumentvm. Vol.1, n.2. pp. 7-36.

Obtido na <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11925>.

SYMANSKI, L. C. & SOUZA, M. A. T. (2007). O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol.33: pp. 215-244. Obtido na http://www.academia.edu/2901001/O_Registro_Arqueol%C3%B3gico_dos_Grupos_Escravos_Questoes_de_Visibilidade_e_Preserva%C3%A7%C3%A3o.

TOLEDO, GrasielaTebaldi. Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.2017.